

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**MÉTODO EM MARX: A CENTRALIDADE DO TRABALHO NA
VIDA HUMANA**

FRANCA

2018

ANDRÉ LUIS AUGUSTO BONACINI

**MÉTODO EM MARX: A CENTRALIDADE DO TRABALHO NA
VIDA HUMANA**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, sob orientação do Profº Drº Gustavo José Pedroso de Toledo, como requisito para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

**FRANCA
2018**

B697m	Bonacini, André Luis Augusto MÉTODO EM MARX : A centralidade do Trabalho na vida humana / André Luis Augusto Bonacini. -- Franca, 2018 51 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca Orientador: Gustavo José de Toledo Pedroso 1. Marxismo. 2. Ontologia. 3. Trabalho. I. Título.
-------	--

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

ANDRÉ LUIS AUGUSTO BONACINI

**MÉTODO EM MARX: A CENTRALIDADE DO TRABALHO NA
VIDA HUMANA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP/Franca, como pré-requisito para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

BANCA EXAMINADORA

Orientador.: _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Dedico este trabalho
à Marielle Franco e a todas e todos que tombaram,
lutando contra o atual golpe de estado em curso no Brasil

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer aos meus pais, Antônio Osmar Bonacini e Natalina de Fátima Augusto Bonacini. Os dois representam uma estrutura fundamental dentro da minha trajetória, de apoio e camaradagem. Igualmente agradeço ao meu irmão, Vinicius Augusto Bonacini, sobretudo por me dar a oportunidade única de humanização que foi me transformar em Tio.

Do mesmo modo, agradeço a Gaia, companheira canina de imensa fidelidade e carinho.

Todavia, dentro da minha trajetória houve inúmeras pessoas e organizações que contribuíram para a constituição do meu ser social. Agradeço as correntes de matriz trotskista: O Trabalho, Partido da Causa Operária e Movimento Revolucionário de Trabalhadores (Antiga LER-QI). Foi dentro das fileiras destas organizações que me construí enquanto militante revolucionário, onde pude ter acesso aos mais profundos e apaixonados debates acerca do marxismo revolucionário.

Não obstante, agradeço a Universidade da qual sou egresso. A Unesp de Marília cumpriu outro significativo papel na minha formação. Destaco a minha participação na Comissão da Verdade da Unesp, onde pude realizar pesquisas e debates com docentes geniais, agradeço em especial: Angélica Lovatto, Anna Maria Martinez Corrêa, Jair Pinheiro, Marcos Tadeu Del Roi e Paulo Ribeiro Rodrigues Cunha.

Aos docentes Raquel Santos Sant'ana e José Fernando Siqueira da Silva, cujos comentários e sugestões na qualificação redefiniram os rumos deste trabalho. Sou grato também à Profa. Dra. Terezinha de Fátima Rodrigues pelo apoio e por ter gentilmente aceitado participar desta banca.

Agradeço a todas e todos que foram meus alunos. A carreira docente atribuiu um significado importante a minha existência, significado esse que me inspira a continuar enquanto pesquisador, ainda que sob difíceis condições.

Por fim agradeço o apoio e financiamento da CAPES na realização deste projeto.

Me pediram pra deixar de lado toda a tristeza, pra só trazer alegrias e não falar de pobreza. E mais, prometeram que se eu cantasse feliz, agradava com certeza. Eu que não posso enganar, misturo tudo o que vivo. Canto sem competidor, partindo da natureza do lugar onde nasci. Faço versos com clareza, à rima, belo e tristeza. Não separo dor de amor. Deixo claro que a firmeza do meu canto vem da certeza que tenho, de que o poder que cresce sobre a pobreza e faz dos fracos riqueza, foi que me fez cantador.

Terra Plana – Geraldo Vandré

BONACINI, André Luis. Método em Marx: a centralidade do trabalho na vida humana. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Franca, 2018.

RESUMO

Esta pesquisa busca examinar a categoria trabalho dentro do pensamento de Marx de modo a estabelecermos qual a centralidade deste conceito em sua obra. Para tanto, percorremos os distintos fenômenos que ocorrem a partir de tal mediação, sobretudo a partir de duas categorias fundamentais: a propriedade privada e o trabalho estranhado. Não obstante se faz necessário uma retomada das categorias fundamentais do pensamento Marxiano, de modo a preservar sua dialética inerente.

Palavras-chave: Marx, trabalho, alienação, materialismo dialético

BONACINI, André Luis. Method in Marx: the centrality of labour in human life. Master's Dissertation (Master of Social Work) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Franca, 2018.

ABSTRACT

This research seeks to examine the category of labor within Marx's thought in order to establish the centrality of this concept in his work. To do so, we go examine the different phenomena that result from such mediation, especially two fundamental categories: private property and estranged labor. Nevertheless, it is necessary to go back to the fundamental categories of Marxian thought, in order to preserve its inherent dialectics.

Keywords: Marx, labour, alienation, dialectical materialism

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. A CATEGORIA TRABALHO: ASPECTOS FUNDAMENTAIS	
1.1. O Trabalho e a transformação da natureza	13
1.2. O trabalho estranhado	16
1.3. A alienação e o ser genérico	20
1.4. Alienação e atividade produtiva	21
1.5. O salário.....	24
1.6. A Relação da propriedade privada.....	28
2. HISTÓRIA E POLÍTICA EM MARX	
2.1. O conceito de história na tradição do Materialismo-dialético.....	31
2.2. Emancipação política e emancipação humana	34
2.3 - O Estado em MARX.	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
BIBLIOGRAFIA	45

INTRODUÇÃO

O *materialismo histórico* representou uma ruptura no pensamento humano. A história da filosofia até o século XIX é marcada por uma investigação sistemática acerca da ontologia (teoria do ser). Entretanto, os pressupostos até então partiam ora de uma epistemologia dos sentidos (como no empirismo), ora em uma epistemologia das idéias (idealismo). O pensamento de Marx é proveniente de três fontes bem delimitadas: o idealismo alemão (Kant, Hegel e os chamados neo-hegelianos, como Fauerbach), a economia política inglesa (especialmente Adam Smith e Ricardo), e por fim o socialismo utópico francês (Saint-Simon, Robert Owen entre outros). A partir destas três concepções filosóficas distintas Marx extraiu conclusões que mudaram o paradigma do debate intelectual de seu período. O advento de uma perspectiva que enxergava na filosofia um caminho para a transformação radical da realidade serviu de subsídio de maneira direta ou indireta a todos os processos revolucionários que iriam emergir no século XX.

Outra transformação significativa era da perspectiva em relação ao Estado. A partir da análise histórica do modo de organização social em distintos períodos foi extraída a conclusão que a finalidade do Estado era garantir a supremacia de uma classe sobre a outra, demonstrando assim que mesmo os estados mais democráticos estavam sob o julgo da exploração da propriedade privada dos meios de produção. Esta é a razão pela qual o Estado, com todas as modificações nele operadas, não altera sua natureza, exceto pela destruição de seus fundamentos e, portanto, dele próprio.

. Em tempos de exaltação de uma ideologia *pós-moderna*, da sistemática negação da possibilidade de compreender algo (por conta de sua complexidade) é

urgente a necessidade do resgate do legado marxista. É certo que as experiências no campo da luta de classes no século XX abriram caminho para as mais diversas revisões e falsificações do método de Marx. Essas revisões ora colocavam nosso autor como um determinista econômico, suprimindo toda a dialética de seu método, ora a naturalizava a dialética, suprimindo seu caráter histórico.

Se refletirmos sobre as consequências do desenvolvimento do materialismo histórico encontraremos sua apropriação pelo chamado *stalinismo*. Este se caracteriza enquanto fenômeno de deformação e degeneração da ditadura do proletariado, consistindo na sua degeneração interna. O stalinismo representou um retrocesso na construção do estado operário, revisionando a teoria clássica marxista e dando subsídio a uma reestruturação do capital, especialmente a partir da década de 1990 com a queda do muro de Berlim.

O presente trabalho tem por objetivo analisar as categorias fundamentais do pensamento marxiano, sobretudo a categoria trabalho e sua centralidade na produção e reprodução da vida humana. Para o estabelecimento de uma crítica coerente metodologicamente, devemos partir de uma leitura imanente a obra de Marx, bem como de uma análise histórica aprofundada que seja capaz de nos situar dentro do contexto ao qual as obras foram escritas.

O mais importante para nós é identificar a manutenção dos elementos primordiais de exploração da sociedade capitalista. Neste sentido, se faz mais que necessário que retomemos a tese da filosofia enquanto instrumento de transformação da realidade, especialmente em tempos de crise do capital.

O desafio e originalidade desta pesquisa residem essencialmente no resgate de um instrumento de análise que nos possibilite compreender a dinâmica do capital, seus limites e sua lógica. A partir de um panorama mais amplo acerca das bases do materialismo histórico buscaremos identificar e confrontar a validade destas teses, tornando assim nosso objeto de pesquisa um elemento vivo, como Marx preconizava. A luta e a sinceridade revolucionária de nosso autor perpassaram dois séculos e hoje se apresenta como um valioso instrumento de análise da realidade. E por fim, em tempos de exaltação e propaganda da ideologia pós-moderna o resgate da teoria que busca

compreender a totalidade se mostra como um instrumento positivo de análise da história, em oposição a uma perspectiva “desinteressada”.

Em um primeiro momento abordaremos o conceito de trabalho sob dois aspectos principais no pensamento de Marx acerca da categoria trabalho: a alienação e o estranhamento, e sua relação com a propriedade privada e a divisão do trabalho. Tais categorias se mostram fundamentais para compreendermos a dimensão e alcance da categoria trabalho dentro do materialismo histórico-dialético. Não obstante, se faz necessário demarcar a relação de outros conceitos com o supracitado, tais como propriedade privada e salário.

Em um segundo momento, partiremos para uma análise pormenorizada acerca da noção de história dentro do marxismo, bem como sua relação com a constituição do Estado, enquanto representante dos interesses da classe dominante. Esta análise é duplamente necessária para que seja possível estabelecer um fio de continuidade e ligação entre os conceitos que formam uma unidade dialética dentro da obra marxiana.

1. A CATEGORIA TRABALHO: ASPECTOS FUNDAMENTAIS

1.1. O Trabalho e a transformação da natureza

O desenvolvimento da técnica, aliado a transformação da natureza fez do ser humano um animal superior qualitativamente. Não se trata, entretanto, de um mero juízo de valor. As implicações da relação homem e natureza desenvolveram em sua espécie determinações distintas das demais. Diferentemente dos outros animais, o homem tem para o trabalho um objeto de própria vontade, e uma relação consciente com o mesmo.

O homem produz universalmente sempre o novo para todo o gênero, ou seja, o objeto do seu trabalho é a própria objetivação da existência genérica do homem (MARX, 2004). Por conseguinte, a atividade vital humana (seu caráter genérico) distinguiu-se radicalmente dos demais animais por sua atividade consciente para com o mundo, e, sobretudo, dotada de liberdade (MARX, 2004). Sobre isso, Marx aponta:

O animal é imediatamente um com a sua atividade vital. Não se distingue dela. É ela. O homem faz da sua atividade vital mesma um objeto da sua vontade e consciência. Ele tem atividade vital consciente. Esta não é uma determinidade com a qual ele coincide imediatamente. A atividade vital consciente distingue o homem imediatamente da atividade vital animal. (MARX, K. 2004, p.84)

Enquanto as demais espécies se apropriam da natureza como forma de subsistência, isto é, um fim em si mesmo, os seres humanos se apropriam desta enquanto meio, condição necessária de sua existência. Não se trata, porém, de desqualificar a produção do animal, aponta Marx:

É verdade que também o animal produz. Constrói para si um ninho, habitações, como a abelha, castor, formiga etc. No entanto, produz apenas aquilo que necessita imediatamente para si ou sua cria; produz unilateral[mente], enquanto o homem produz universal[mente]; o animal produz apenas sob o domínio da carência física imediata, enquanto o homem produz mesmo livre da carência física, e só produz, primeira e verdadeiramente na [sua] liberdade [com relação] a ela; o animal só produz a si mesmo, enquanto o homem reproduz a natureza inteira. (MARX, K. 2004, p.85)

Por conseguinte, embora haja atividade produtiva em distintas espécies, essa não se caracteriza enquanto trabalho, pois não ocorre a objetivação de tais espécies. A natureza se apresenta para o homem como seu próprio corpo inorgânico, isto é, o homem vive da natureza, e a partir desta que o homem se desenvolve e se humaniza, a natureza é sua extensão (MARX, 2004). Marx afirma:

O trabalhador nada pode criar sem a natureza, sem o mundo exterior sensível (sinnlich). Ela é a matéria na qual o seu trabalho se efetiva, na qual [o trabalho] é ativo, [e] a partir da qual e por meio da qual [o trabalho] produz. . (MARX, K. 2004. P.81)

As mediações entre a relação do homem com a natureza ocorrem dentro do processo do trabalho. Afirma Marx em *O Capital*:

O processo de trabalho, como o apresentamos em seus elementos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas, **condição universal do metabolismo entre o homem e a Natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais.**(MARX,K. 1985. Tomo I. , p.153, grifo nosso)

O trabalho adquire em nosso autor o papel de atividade fundante da humanidade, elemento constitutivo do *ser social*. Por ser ele o responsável pela produção de riqueza social (e pela criação de meios necessários para a sobrevivência) o trabalho se caracteriza como condição *sine qua non* para que o homem satisfaça suas necessidades. Contudo, é preciso observar que a transformação da natureza ocorre sempre no interior de uma determinada organização social (modo de produção), e, por conseguinte, ela é determinada política e socialmente dentro de um contexto social (MARX, 2004).

Por fim, a espécie humana ao desenvolver no trabalho uma relação consciente para com seu meio natural, desenvolve uma nova relação para com sua limitação natural (intrínseca aos seres biológicos), criando e estabelecendo novas necessidades, desenvolvendo deste modo novos sentidos, atribuídos a sua reprodução social. Sobre isso, István Mészáros aponta:

A potencialidade da vida significativa para os indivíduos sociais emerge porque, por desenvolver-se historicamente – e através de sua atividade produtiva automediadora – a espécie humana é uma parte *única* na ordem natural. Por conseguinte, os seres humanos não constituem um simples *gênero* animal, mas um complexo *corpo social* composto de uma multiplicidade de *indivíduos reais*. Contudo, - muito diferente dos “indivíduos genéricos” animais – eles são também capazes de estabelecer conscientemente para si mesmos objetivos particulares a buscar tanto em ocasiões *distintas*, em contextos limitados, como também alguma espécie de coerência *interconectal geral*, que compreenda uma parte mais ou menos extensa de seu tempo de vida e com isso lhe confira significado. (MÉSZAROS, I. 2007. P.81)

1.2. O trabalho estranhado

Como vimos até aqui, o trabalho ocupa um papel de centralidade na vida humana, este distintamente qualitativo em relação as outras espécies. Por não agir em função das suas necessidades imediatas, o ser humano é capaz de pensar e criar seu modo de reprodução social.

O trabalho adquire na obra de Marx o status de fundamento de instrumento de mediação entre o homem e a natureza, e é precisamente nesta relação que o ser genérico se constrói.

O trabalhador nada pode criar sem a *natureza*, sem o *mundo exterior sensível (sinnlich)*. Ela é a matéria na qual o seu trabalho se efetiva, na qual [o trabalho] é ativo, [e] a partir da qual e por da qual [o trabalho] produz. Mas como a natureza oferece os *meios de vida*, no sentido de que o trabalhador não pode viver sem objetos nos quais se exerça, assim também oferece, por outro lado, os *meios de vida* no sentido mais estrito, isto é, o meio de subsistência física do *trabalhador* mesmo. (MARX, K. 2004, p.81)

É justamente nesta dialética, entre o produtor e a natureza, que ocorre a mediação, através do trabalho. A partir do trabalho, esse ser humano genérico sofre uma dupla transformação: a medida que o mesmo transforma a natureza que o cerca, este mesmo ato de transformação transforma a si mesmo, enquanto ser social. Portanto, o trabalho adquire uma posição de centralidade na vida humana, atividade indispensável a realização do indivíduo. Marx aponta uma relação de duplo sentido:

Quanto mais, portanto, o trabalhador *se apropria* do mundo externo, da natureza sensível, por meio do seu trabalho, tanto mais ele se priva dos *meios de vida* segundo um duplo sentido: primeiro, que sempre mais o mundo exterior sensível deixa de ser um objeto pertencente ao seu trabalho, um *meio de vida* do seu trabalho; segundo, que [o mundo exterior sensível] cessa, cada vez mais, de ser *meio de vida* no sentido imediato, meio para a subsistência física do trabalhador. (MARX, K. 2004, p.81)

Para Marx, este duplo processo torna o trabalhador servo de seu objeto:

Primeiro, porque nele recebe um *objeto de trabalho*, isto é, recebe trabalho; e, segundo, porque recebe *meios de subsistência*. Portanto, para que possa existir, em primeiro lugar, como trabalhador e, em segundo, como *sujeito físico*. O auge desta servidão é que somente como *trabalhador* ele [pode] se manter como *sujeito físico* e apenas como *sujeito físico* ele é trabalhador.. (MARX, K. 2004, p.81,82)

O estranhamento do trabalhador em relação ao seu objeto, isto é, aquilo que produziu ocorre com a separação gerada pelo modo de produção, que cria um abismo entre o trabalhador e o fruto de seu trabalho. Nesta relação, dentro do que Marx classifica como leis-nacionais econômicas, quanto mais o trabalhador produz, menos têm para seu consumo. Quanto mais valor cria, menos valor lhe é atribuído (MARX,2004). Ainda sobre este processo de estranhamento, Marx aponta:

*A economia nacional oculta o estranhamento na essência do trabalho porque não considera a relação **imediate** entre o **trabalhador** (o trabalho) e a produção. Sem dúvida. O trabalho produz maravilhas para os ricos, mas produz privação para o trabalhador. Produz palácios, mas cavernas para o trabalhador. Produz beleza, mas deformação para o trabalhador. Substitui o trabalho por máquinas, mas lança uma parte dos trabalhadores de volta a um trabalho bárbaro e faz da outra parte máquinas. Produz espírito, mas imbecilidade, cretinismo para o trabalhador. (MARX, K. 2004, p.82)*

A relação imediata do trabalho com o produto, aponta Marx, é a própria relação do trabalhador com os objetos de sua produção. Para o autor a relação essencial do trabalho, é a relação do trabalhador com a produção. Todavia, o estranhamento não se mostra somente no resultado da produção, mas especialmente no ato da produção, ou seja, inserido na própria atividade produtiva, afirma Marx:

Como poderia o trabalhador defrontar-se alheio (*fremd*) ao produto da sua atividade se no ato mesmo da produção ele não se estranhasse a si mesmo? O produto é, sim, somente o resumo (*Resumé*) da atividade, da produção. Se portanto, o produto do trabalho é a exteriorização, então a produção mesma tem de ser a exteriorização ativa, a exteriorização da atividade, a atividade da exteriorização. No estranhamento do objeto do trabalho resume-se somente o estranhamento, a exteriorização na atividade do trabalho mesmo. (MARX, K. 2004, p.82)

Se por um lado temos a alienação como categoria necessária para a atividade do trabalho humano, o estranhamento afasta e distancia o trabalhador do resultado de seu trabalho, gerando o fenômeno do estranhamento. O objeto do trabalho é a própria objetivação humana, uma expressão de sua atividade vital, sua ação na realidade material, concreta.

Em outras palavras, o processo de alienação é a própria realização objetiva do homem, enquanto o estranhamento aparece como sua negação, a partir de uma ontonegatividade. Veremos mais a frente outros processos que transformaram a relação entre produtor e produto, trabalho (força de trabalho) e seu modo de produção.

No que consistiria exatamente esta exteriorização do trabalho abordada por Marx? O trabalho externo ao trabalhador, retirado do mesmo, torna sua relação negativa com o trabalho, uma vez que têm retirado e estranhado o objeto de sua própria produção. Desta maneira, o trabalhador só se sente junto a si fora do trabalho, e fora de si no trabalho. Sobre isto, Marx aponta:

Está em casa quando não trabalha e, quando trabalha, não está em casa. O seu trabalho não é portanto voluntário, mas forçado, trabalho obrigatório. O trabalho não é, por isso, a satisfação de uma carência, mas somente um meio para satisfazer necessidades fora dele. Sua estranheza (*Fremdheit*) evidencia-se aqui [de forma] tão pura que, tão logo inexista coerção física ou outra qualquer, foge-se do trabalho como de uma peste. (MARX, K. 2004, p.83)

Marx aponta que a externalidade deste trabalho aparece imediatamente para o trabalhador como se aquele [o trabalho] não pertencesse ao trabalhador, mas a um outro. Como num processo religioso, o indivíduo deixa de atribuir a si, ocorre uma perda de si mesmo (MARX, 2004). Marx exemplifica este fenômeno:

Examinando o ato do estranhamento da atividade humana prática, o trabalho, sob dois aspectos. 1) A relação do trabalhador com o produto do trabalho como objeto estranho e poderoso sobre ele. Esta relação é ao mesmo tempo a relação com o mundo exterior sensível, com os objetos da natureza como um mundo alheio que se defronta hostilmente. 2) A relação do trabalho com o *ato da produção* no interior do *trabalho*. Esta relação é a relação do trabalhador com a sua própria atividade, como uma [atividade] estranha não pertencente a ele, a atividade como miséria, a força como impotência, a procriação como castração. A energia espiritual e física própria do trabalhador, a sua vida pessoal - pois o que é vida senão atividade - como uma atividade voltada contra ele mesmo, independente dele, não pertencente a ele. O *estranhamento-de-si* (*Selbstentfremdung*) tal qual acima o estranhamento das coisas. (MARX, K. 2004, p.83)

Desta maneira, Marx delimita e aprofunda o conceito de estranhamento, distinto do processo de alienação antes mencionado.

Se por um lado a alienação carrega uma positividade (como atividade transformadora do ser social), o fenômeno do estranhamento carrega uma negatividade a medida que reifica o trabalhador.

A delimitação destes dois conceitos são essenciais para a compreensão dos debates posteriores dentro da tradição marxiana, sobretudo acerca de uma ontonegatividade no pensamento de Marx.

1.3. A alienação e o ser genérico

O homem é um ser genérico (Gattungswesen), não somente quando prática e teoricamente faz do gênero, tanto do seu próprio quanto do restante das coisas, o seu objeto, mas também - e isto é somente uma expressão da mesma coisa - quando se relaciona consigo mesmo como [com] o gênero vivo, quando se relaciona consigo mesmo como [com] um ser *universal*, [e] por isso livre. (MARX, K. 2004, p.83)

A vida genérica, como aponta Marx, está inserida, em primeiro lugar na relação do ser humano com a sua natureza inorgânica. Quanto mais universal este ser humano se torna, mais universal é seu controle sobre esta natureza inorgânica na qual ele vive. Os objetos que circundam o homem, e fazem parte da natureza, habitam também a consciência humana, o que possibilitou derivar, por exemplo, a ciência, enquanto análise e compreensão da realidade natural (MARX, 2004).

Em termos práticos, a universalidade do homem aparece precisamente na universalidade e que o mesmo faz do meio que o circunda (a natureza) enquanto seu corpo orgânico. Marx aponta duas características fundamentais do que compõem este meio orgânico: um meio de vida imediato, na medida que ela é objeto/material e concomitantemente o instrumento de sua atividade vital; a natureza é o próprio corpo inorgânico do homem, o seu corpo, sem o qual não ocorre sua existência. Portanto, a interconexão com a natureza, é a interconexão consigo mesmo, uma vez que o ser genérico é uma parte dela (MARX, 2004).

Precisamente por isso, na elaboração do mundo objetivo [é que] o homem se confirma, em primeiro lugar e efetivamente, como *ser genérico*. Esta produção é a sua vida genérica operativa. Através dela a natureza aparece como a sua obra e a sua efetividade (*Wirklichkeit*). O objeto do trabalho é portanto a objetivação da vida genérica do homem: quando o homem se duplica não apenas na consciência, intelectual[mente], mas operativa, efetiva[mente], contemplando-se, por isso, a si mesmo num mundo criado por ele. Consequentemente, quando arranca (entreisst) do homem o objeto de sua produção, o trabalho estranhado arranca-lhe sua vida genérica, sua efetiva

objetividade genérica (*wirkliche Gattungsgegenstandlichkeit*) e transforma a sua vantagem com relação ao animal na desvantagem de ser tirado o seu corpo inorgânico, a natureza. (MARX, K. 2004, p.85)

A consciência do ser social acerca do caráter genérico se transforma no processo de estranhamento, de forma que a vida genérica humana passa a ser um meio de sua existência física (MARX, 2004).

Alguns exemplos das consequências do trabalho estranhado, como afirma Marx:

3) do ser genérico do homem, tanto da natureza quanto da faculdade genérica espiritual dele, um ser estranho a ele, um meio de sua existência individual. Estranha do homem o seu próprio corpo, assim como a natureza fora dele, tal como a sua essência espiritual, a sua essência humana.

4) uma consequência imediata disto, de o homem estar estranhado do produto de seu trabalho, de sua atividade vital e de seu ser genérico é o estranhamento do homem pelo [próprio] homem. Quando o homem está frente a si mesmo, defronta-se com ele o outro homem. O que é produto da relação do homem com o seu trabalho, produto de seu trabalho e consigo mesmo, vale como relação do homem com outro homem, como o trabalho e o objeto do trabalho de outro homem. (MARX, K. 2004, p.85-86)

Observamos que, a relação de estranhamento do homem, perpassa a relação de estranhamento com o outro.

1.4. Alienação e atividade produtiva

O ser estranho ao qual pertence o trabalho e o produto do trabalho está a serviço e para a fruição do qual [está] o produto do trabalho, só pode ser o homem mesmo. (MARX, K. 2004, p.86)

Neste momento da obra, Marx assinala sobre a alienação e sua relação com a atividade produtiva. Se, como vimos, o produto do trabalho não pertence ao trabalhador,

torna-se um poder estranho, alheio a ele, isto só ocorre porque este produto pertence a outrem, alguém que não o trabalhador. Da mesma forma, se a atividade produtiva no qual o trabalhador está inserido é um martírio, então presume-se que seja alegria para outrem, detentor do produto do trabalho.

Considere-se ainda a proposição colocada antes, de que a relação do homem consigo mesmo lhe é primeiramente objetiva, efetiva, pela sua relação com o outro homem. Se ele se relaciona, portanto, com o produto do seu trabalho, com o seu trabalho objetivado, enquanto objeto estranho, hostil, poderoso, independente dele, então se relaciona com ele de forma tal que um outro homem estranho (fremd) a ele, inimigo, poderoso, independente dele, é o senhor deste objeto. Se ele se relaciona com ela como a atividade a serviço de, sob o domínio, a violência e o jugo de outro homem. (MARX, K. 2004, p.86-87)

Para Marx, através do trabalho estranhado, o trabalhador engendra a consciência de alguém estranho ao trabalho, com o próprio trabalho. Nesta relação, ainda há a relação do capitalista com o trabalho.

A propriedade privada é, portanto, o produto, o resultado, a consequência necessária do trabalho exteriorizado, da relação externa (ausserlichen) do trabalhador com a natureza e consigo mesmo. (MARX, K. 2004, p.87)

A propriedade privada é um derivado necessário do trabalho exteriorizado. Para Marx, a propriedade privada não antecede o trabalho exteriorizado, mas antes aparece como resultado do mesmo, seu derivado.

Somente no derradeiro ponto de culminância do desenvolvimento da propriedade privada vem à tona novamente este mistério, qual seja: que é, por um lado, o produto do trabalho exteriorizado e, em segundo lugar, que é o meio através do qual o trabalho se exterioriza, a realização desta exteriorização. (MARX, K. 2004, p.88)

Acerca desta afirmativa, Marx diz ter resolvido uma velha polêmica acerca da natureza da propriedade privada, especialmente com Proudhon.

1) A economia nacional parte do trabalho como [sendo] propriamente a alma da produção, e, apesar disso, nada concede ao trabalho e tudo à propriedade privada. Proudhon, a parti desta contradição, concluiu em favor do trabalho [e] contra a propriedade privada. Nós reconhecemos, porém, que esta aparente contradição é a contradição do trabalho estranhado consigo mesmo, e que a economia nacional apenas enunciou as leis do trabalho estranhado. (MARX, K. 2004, p.88)

Marx então argumenta sobre a identificação entre salário e propriedade privada, uma vez que o salário é uma consequência necessária do processo de estranhamento do trabalho, além de no salário o trabalho novamente não aparecer enquanto fim em si (MARX,2004). Desta maneira, um aumento de salário, por exemplo, não representaria senão uma melhor remuneração do escravo, e nem distante atenderia a demanda real destes trabalhadores dentro do modo de produção capitalista.

2)Da relação do trabalho estranhado com a propriedade privada depreende-se, além do mais, que a emancipação da sociedade da propriedade privada etc., da servidão, se manifesta na forma política da emancipação dos trabalhadores, não como se dissesse a respeito somente à emancipação deles, mas porque sua emancipação está encerrada a [emancipação] humana universal. Mas esta [última] está aí encerrada porque a opressão humana inteira está envolvida na relação do trabalhador com a produção, e todas as relações de servidão são apenas modificações e consequências dessa relação. (MARX, K. 2004, p.88-89)

Marx considera que a partir do conceito de trabalho estranhado e propriedade privada são desenvolvidas todas as demais categorias que envolvem as categorias nacional-econômicas, como dinheiro, capital, concorrência, sendo estas expressões determinadas e desenvolvidas pelos conceitos supracitados.

1.5. O Salário

O salário é determinado mediante o confronto hostil entre capitalista e trabalhador. A necessidade da vitória do capitalista. O capitalista pode viver mais tempo sem o trabalhador do que este sem aquele. [A] aliança entre os capitalistas é habitual e produz efeito; [a] dos trabalhadores é proibida e de péssimas consequências para eles. (MARX, K. 2004, p.23)

Conforme aponta Marx, a separação entre capital, propriedade da terra e trabalho só existe para os trabalhadores, e é uma separação necessária para a manutenção do modo de produção capitalista. Esta separação é para o nosso autor mortal para os trabalhadores. A preocupação dos capitalistas deve ser única e exclusivamente com a subsistência do trabalhador durante o trabalho, e dar-lhe a possibilidade de ampliação da sua prole, afirma Marx:

A taxa mais baixa e unicamente necessária para o salário é a subsistência do trabalhador durante o trabalho, e ainda [o bastante] para que ele possa sustentar uma família e [para que] a raça dos trabalhadores não se extinga. O salário habitual é, segundo Smith, o mais baixo que é compatível com a simples humanidade (*simple humanité*), isto é, com uma existência animal. (MARX, K. 2004, p.24)

A procura por força de trabalho regula os homens enquanto mercadoria. Se há uma grande oferta de trabalhadores, uma parte destes cairão invariavelmente na miséria, como uma mercadoria regulada pela " lei de oferta e procura".

Se a quantidade de oferta excede a procura, então uma das partes constitutivas do preço - lucro, renda da terra, salário - é pega abaixo do preço, portanto uma parte desses rendimentos (*Leistungen*) subtrai-se dessa aplicação e o preço de mercado gravita para o prelo natural como ponto central. Mas, 1) se para o trabalhador, mediante uma grande divisão do trabalho, é difícil dar ao seu trabalho uma outra

direção, 2) cabe-lhe, na sua relação subalterna com o capitalista, antes de mais nada o prejuízo. (MARX, K. 2004, p.24)

É precisamente a liberdade do capitalista em alocar seu capital aonde lhe interessar que restringe o trabalhador a suas exigências. Eventuais oscilações e súbitas de preço de mercado atingem menos a renda da terra do que a parte do preço decomposta em lucro e salário, sendo o salário o mais afetado nesta relação, dado sua fragilidade (MARX, 2004)

Os preços de trabalho das diferentes espécies de trabalhos são muito mais diversos do que os ganhos dos diferentes ramos nos quais o capital se aplica. No trabalho, toda a diversidade natural, espiritual e social da atividade individual sobressai e é paga diferentemente, enquanto o capital morto caminha sempre no mesmo passo e é indiferente perante a atividade individual efetiva. (MARX, K. 2004, p.24)

Deste modo, o trabalhador convive com uma luta constante não só por seus meios básicos de sobrevivência, como também têm de lutar pela aquisição de seu trabalho, em outras palavras, pelos meios de sua efetivação (MARX, 2004). Marx exemplifica essa condição partindo de três exemplos:

Consideremos as três situações principais em que a sociedade pode se encontrar e observemos a situação do trabalhador nessas mesmas situações.

1) Se a riqueza da sociedade estiver em declínio, então o trabalhador sofre ao máximo, pois: ainda que a classe trabalhadora não possa ganhar tanto quanto a [classe] dos proprietários na situação próspera da sociedade, nenhuma sofre tão cruelmente com o seu declínio como a classe dos trabalhadores (aucune ne souffre aussi cruellement de son déclin que la classe des ouvriers).

2) Consideremos agora uma sociedade na qual a riqueza progrida. Esta situação é a única favorável ao trabalhador. Aqui começa a concorrência entre os capitalistas. A procura por trabalhadores excede

sua oferta. Mas: Primeiro: a elevação do salário impele ao sobretrabalho, entre os trabalhadores. Quanto mais eles querem ganhar, tanto mais têm de sacrificar o seu tempo e executar trabalho de escravos, desfazendo-se de toda a liberdade a serviço da avareza. (MARX, K. 2004, p.25-26)

Até aqui podemos chegar a algumas conclusões fundamentais. A situação da classe trabalhadora é dura e penosa em distintos cenários econômicos possíveis. A acumulação de capital gera o fenômeno da divisão do trabalho, que por sua vez aumenta o número de trabalhadores; inversamente, o aumento do número de trabalhadores aumenta a divisão do trabalho, que por sua vez aumenta o acúmulo de capitais (MARX, 2004).

Com esta divisão do trabalho, por um lado, e o acúmulo de capitais, por outro, o trabalhador torna-se sempre mais puramente dependente do trabalho, e de um trabalho determinado, muito unilateral, maquinal - e de um homem [que é reduzido] a uma atividade abstrata e a uma barriga -, assim também se torna cada vez mais dependente de todas as flutuações do preço do mercado, do emprego dos capitais e do capricho do rico. De igual modo, o crescimento da classe de homens que apenas trabalha aumenta a concorrência dos trabalhadores, portanto o seu preço baixa. Na essência do sistema fabril, esta posição do trabalhador atinge seu ponto culminante. (MARX, K. 2004, p.26)

Em uma sociedade sob o modo de produção capitalista, afirma Marx, somente os ricos podem viver do juro sobre o dinheiro. Os pequenos comerciantes são arrastados pela concentração dos capitais, levando severas punições à classe trabalhadora, tais como redução de salários e uma dependência cada vez maior dos grandes capitalistas.

A grande elevação do número de trabalhadores, e sua conseqüente concorrência, foi acompanhada com uma redução do número de capitalistas, não havendo assim concorrência em relação à oferta de trabalhadores. Portanto vimos que, mesmo na situação mais favorável ao trabalhador, há uma conseqüência, o sobretrabalho e a morte prematura, a condição de coisificação, e outras penúrias.

A elevação do salário desperta no trabalhador a obsessão do enriquecimento [típica] do capitalista que, contudo ele apenas pode satisfazer mediante o sacrifício de seu espírito (Geist) e de seu corpo. A elevação do salário pressupõe o acúmulo de capital, e conduz a ele. Torna, portanto, o produto do trabalho cada vez mais estranhado perante o trabalhador. De igual modo, a divisão do trabalho torna-o cada vez mais unilateral e dependente, assim como acarreta a concorrência não só dos homens, mas também entre as máquinas. Posto que o trabalhador baixou à [condição de] máquina, a máquina pode enfrentá-lo como concorrente. Finalmente, tal como o acúmulo de capital aumenta a quantidade da indústria e, portanto, de trabalhadores, essa mesma quantidade da indústria traz, através dessa acumulação (Accumulation), uma garna de quantidade de obras malfeitas (Machwerk) que se torna sobreprodução (Überproduktion) e acaba: ou por colocar fora [da esfera] do trabalho uma grande parte de trabalhadores ou por reduzir o seu salário ao mais miserável mínimo. (MARX, K. 2004, p.27)

Ainda sobre a relação entre trabalhador e capitalista, Marx aponta que ainda há que observar que a elevação do salário é mais do que recuperada, pelo capitalista, por meio da redução da quantidade de trabalho, além do fato de que a elevação do salário e o aumento do juro do capital refletem sobre o preço das mercadorias, enquanto juro simples e composto (MARX, 2004).

Coloquemo-nos agora totalmente do ponto de vista do economista nacional e comparemos, segundo ele, as reivindicações teóricas e práticas do trabalhador.

Ele nos diz que, originária e conceitualmente, o produto total do trabalho pertence ao trabalhador. Mas ele nos diz, ao mesmo tempo, que, na realidade efetiva (Wirklichkeit), ao trabalhador pertence a parte mínima e mais indispensável do produto; somente tanto quanto for necessário para ele existir, não como ser humano, mas como trabalhador, não para ele continuar reproduzindo a humanidade, mas sim a classe de escravos [que é a] dos trabalhadores. (MARX, K. 2004, p.28)

Demonstra-se que longe do trabalhador poder comprar tudo, tem de vender a si próprio repetidamente, com forma de reprodução social. Se por um lado, a divisão do trabalho eleva a força produtiva do trabalho, gerando "riqueza" e aprimorando a sociedade, ela inversamente empobrece o trabalhador, rebaixando-o a condição de máquina. O trabalho causa o acúmulo de capitais, ele leva o trabalhador a uma vertiginosa concorrência, e a uma maior dependência do capitalista, invariavelmente (MARX, 2004).

Observamos até aqui como o salário deriva do trabalho estranhado, sua relação com o modo de produção, o acúmulo de capitais, e a concorrência capitalista. Primeiramente, é preciso observar a virada que ocorre no pensamento do autor, uma vez que o salário até então não havia sido observado como um fenômeno derivado das relações sociais, mais precisamente das relações de produções no qual ocorre.

Em segundo lugar, Marx expõe a dialética entre trabalho e estranhamento, evidenciando o caráter estático e de imobilidade entre as classes sociais.

1.5. A Relação da propriedade privada

No trabalhador existe pois, subjetivamente, [o fato de] que o capital é o homem totalmente perdido de si, assim como existe, no capital, objetivamente, [o fato de] que o trabalho é o homem totalmente perdido de si. Mas o trabalhador tem a infelicidade de ser um capital vivo, e portanto, carente (bedurftig), que, a cada momento em que não trabalha, perde seus juro e, com isso, sua existência. (MARX, K. 2004, p.91)

Como descreve Marx, como capital humano, o valor do trabalhador aumenta em relação à procura e oferta, e também sua existência (física, material) está inserida num processo de valoração, igualmente a uma mercadoria. O trabalhador produz o capital, enquanto inversamente o capital produz o trabalhador (MARX, 2004).

Deste modo, o trabalhador produz a si mesmo, enquanto ser genérico, trabalhador, mercadoria, produto de múltiplas determinações. O ser humano se restringe ao ser trabalhador, suas propriedades humanas só o são em relação ao capital, o qual lhe é estranho. É precisamente por ambos, capital e trabalho, serem estranhos em relação a si, que este estranhamento precisa aparecer enquanto algo efetivo.

Tão logo aconteça ao capital - ocorrência necessária ou arbitrária - não mais existir para o trabalhador, o trabalhador mesmo não é mais para si; ele não tem nenhum trabalho e, por causa disto, nenhum salário, e, aí, ele tem existência (Dasein) não enquanto homem, mas enquanto trabalhador, podendo deixar-se enterrar, morrer de fome etc. (MARX, K. 2004, p.91)

O trabalhador só é enquanto trabalhador, tanto para si mesmo, quanto para o capital. Portanto, o sistema econômico nacional, afirma Marx, não conhece o trabalhador desocupado, na medida em que o mesmo se encontra fora da relação de trabalho (MARX, 2004).

O homem que trabalha (Arbeitsmensch), o ladrão, o vigarista, o mendigo, o desempregado, o faminto, o miserável e o criminoso, são figuras (Gestalten) que não existem para ela, mas só para os outros olhos, para os do médico, do juiz, do coveiro, do administrador da miséria, fantasmas [situados] fora de seu domínio. As carências do trabalhador são assim, para ela, apenas a necessidade (Bedurgnis) de conservá-lo durante o trabalho, a fim de que a raça de trabalhadores não desapareça. (MARX, K. 2004, p.91-92)

Deste modo, o salário possui o mesmo significado de conservação de qualquer outro instrumento produtivo dentro do modo de produção capitalista, tal qual o consumo do capital. O salário neste sentido, pertence aos custos obrigatórios do capital e do capitalista, e não é nada além da necessidade desta obrigação (MARX, 2004).

A produção produz o homem não somente como uma mercadoria, a mercadoria humana, o homem na determinação da mercadoria; ela o

produz, nesta determinação respectiva, precisamente como um ser desumanizado (entmensches Wesen) tanto espiritual quanto corporalmente - imoralidade, deformação, embrutecimento de trabalhadores e capitalistas. Seu produto é a mercadoria consciente-de-si e auto-ativa, ... a mercadoria humana. ... Grande progresso de Ricardo, Mill etc. contra Smith e Say declararem a existência (Dasein) do homem - a maior ou menor produtividade humana de mercadorias - como indiferente e até perniciosa. (MARX, K. 2004, p.92-93)

Portanto, conforme aponta Marx, o fim último da produção não é quantos trabalhadores um capital é capaz de sustentar, mas sim quanto de juros ele rende, qual é o lucro obtido a partir dele.

A relação (Verhältnis) da propriedade privada contém latente em si a relação da propriedade privada como trabalho, assim como a relação dela mesma como capital e a conexão (Beziehung) desta duas expressões uma com a outra. [Por um lado, trata-se] a produção da atividade humana enquanto trabalho, ou seja, enquanto uma [atividade] totalmente estranha a si, ao homem e a natureza e, por conseguinte, a consciência e a manifestação de vida (Lebensausserung) também [como] atividade estranha; a existência abstrata do homem como um puro homem que trabalha e que, por isso, pode precipitar-se diariamente de seu pleno nada no nada absoluto e, portanto, na sua efetiva (wirkliche) não existência. (MARX, K. 2004, p.93)

A produção do objeto na atividade humana enquanto capital, no qual toda a determinidade social e natural deste objeto está ausente, a propriedade privada perdeu sua qualidade natural e social, nesta relação o mesmo capital permanece completamente indiferente ao seu conteúdo efetivo.

2. HISTÓRIA E POLÍTICA EM MARX

2.1. O conceito de história na tradição do Materialismo Histórico-Dialético

Para Marx e Engels, o motor da história humana, o seu propulsor, é a luta de classes. Esta conclusão foi extraída partindo de uma análise dos mais distintos *modos de produção* da história humana¹. A principal característica desta “guerra ininterrupta” é a impossibilidade de conciliação entre estas classes sociais antagônicas. Na organização social capitalista este conflito por sua vez tem em sua raiz um aspecto fundamental ligado à teoria do valor e ao próprio trabalho, pois, enquanto a classe explorada (*proletariado*) cumpre na produção o papel de geração de riqueza social, a partir do trabalho, a classe exploradora (*burguesia*) cumpre o papel de espoliação do trabalho alheio, por meio da *mais valia*.

Esta primeira tese referente à dialética da história e o conflito entre as classes foi popularmente difundida na obra *Manifesto Comunista* e é o alicerce de toda a estrutura da teoria materialista da história. O modo de produção capitalista, o qual nossos autores se situam aprofundou essa cisão e delimitou ainda mais este choque entre as classes sociais. A consolidação da burguesia enquanto classe hegemônica, por sua vez, foi um “produto de um longo processo de desenvolvimento, de uma série de transformações no modo de produção e de circulação” (MARX, K. ENGELS, F. 2005).

Se por um lado a burguesia cumpriu um papel revolucionário de superar e dissolver as antigas relações e instituições feudais, ela passa a subordinar todas as relações humanas a uma só lógica: a comercial.² Sobre esta constituição da burguesia enquanto classe dominante, Chauí aponta:

¹ “Homem livre e escravo, patricio e pebleu, senhor feudal e servo, mestre de corporação e companheiro, em resumo opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre ou por uma transformação revolucionária por inteira, ou pela destruição das duas classes em conflito.” (MARX,K. ENGELS,F. p.40, 2005).

²“Em uma palavra, em lugar da exploração dissimulada por ilusões religiosas e políticas, a burguesia colocou uma exploração aberta, direta, despudorada e brutal.”(MARX,K. ENGELS,F. p.42, 2005).

A gênese de nossa sociedade decorre do surgimento da burguesia em um processo de desenvolvimento de várias revoluções, porém distingue-se de todas outras formações históricas pela simplificação dos antagonismos sociais: a determinação econômica do social torna-se plenamente visível e a sociedade se divide em duas classes que se enfrentam diretamente. (CHAUÍ, M. 2007)

O regime burguês baseado na propriedade privada passa a abolir gradativamente a dispersão geográfica dos meios de produção e da própria população. A substituição do trabalho artesanal pelo industrial leva contingentes cada vez maiores de trabalhadores a migrarem do campo a cidade (MARX, 2005). O crescente proletariado urbano desprovido dos meios de produção e reprodução (da própria vida) vê-se obrigado a vender sua força de trabalho, através do *salário*³. O capitalismo, em seu processo histórico tratou de expropriar completamente as faculdades humanas: primeiro os meios para a reprodução, depois lhe é retirado o resultado de seu trabalho.

A maneira como os indivíduos manifestam sua vida reflete exatamente o que eles são. O que eles são coincide, pois, com sua produção, isto é, tanto com o que eles produzem quanto com a maneira como produzem. O que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais da sua produção. (MARX, K. ENGELS, F. 2001, p.11)

Essas relações materiais de produção estão inseridas à esfera que Marx denomina *infraestrutura*. Esta esfera é o pilar da possibilidade da vida, pois representa a organização do homem para produzir seus meios de subsistência, os quais lhe permite atuar no mundo. Veremos que a superestrutura mantém uma relação dialética com os meios materiais disponíveis, em outras palavras, são determinadas ao *modo de produção* que se encontram. As relações são complexas, mas em última análise as condições materiais acabam por definir o rumo geral do desenvolvimento histórico da humanidade. Sobre esse papel do modo de produção no metabolismo social e a relação entre as classes Chauí aponta:

³⁴O salário é determinado mediante o confronto hostil entre capitalista e trabalhador.” (MARX,K. p.23,2004)

Em outras palavras, na perspectiva da *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, de *A Ideologia Alemã* e do *Manifesto*, o fio que tece a história é o desenvolvimento das forças produtivas, desenvolvimento que é contraditório com as relações sociais de produção e por isso o fio é rompido pela luta de classes. Esse fio produz o movimento imanente ou o desenvolvimento de uma forma singular, um modo de produção determinado, e a ruptura desse fio pela luta de classes engendra o devir histórico dos modos de produção. (CHAUÍ, M. 2007)

É justamente a partir desta infraestrutura que se alça a esfera da *superestrutura* que engloba os aspectos políticos, jurídicos e ideológicos, incluindo aí o próprio Estado. A reprodução metabólica da “lógica” do capital (baseada na acumulação primitiva de capital e concorrência) deturpa a relação do trabalhador com o produto de seu trabalho. Portanto, a produção de riqueza social dentro do modo de produção capitalista se dá concomitantemente a exclusão do trabalhador (produtor de tal riqueza) no processo. Sobre isso Marx aponta:

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a valorização do mundo das coisas (Sachenwelt) aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens (Menschenwelt). O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral. (MARX, K. 2004, p.80)

Veremos a seguir os mecanismos pelo qual ocorre a inversão citada, e seus desdobramentos na constituição do *ser social*. A apropriação do trabalho alheio retira o caráter positivo do trabalho, transformando o seu produto em algo estranho, indiferente a quem o produziu. O advento do trabalho estranhado transforma o produto de sua atividade vital em algo distante de si, separado de sua consciência (MARX, 2004).
Afirma Marx:

A exteriorização (Entäußerung) do trabalhador em seu produto tem o significado não somente de que seu trabalho se torna um objeto, uma existência externa (äussern), mas, bem além disso, [que se torna uma existência] que existe fora dele (ausser ihm), independente dele e estranha a ele, tornando-se uma potência (Macht) autônoma diante dele, que a vida que ele concedeu ao objeto se lhe defronta hostil e estranha. (MARX, K. ENGELS, F. 2004, p.81)

O processo de humanização das coisas e desumanização do homem através do trabalho no modo de produção capitalista retira a liberdade do indivíduo, e o retira seu caráter de existência (enquanto ser social) para a simples subsistência (MARX, 2004).

2.2. Emancipação política e emancipação humana.

Vimos até agora como o modo de produção capitalista inviabilizou o processo de humanização dos produtores da riqueza social (trabalhadores). A crítica à economia política de Marx é, sobretudo uma crítica a noção de trabalho engendrada pelo capital. A discussão sobre Emancipação Política e Emancipação Humana presente nas obras Sobre a Questão Judaica de 1843 e Glosas Críticas Marginais ao Artigo “O Rei da Prússia e a Reforma Social” de um Prussiano de 1844 nos traz elementos sobre os limites da emancipação dentro do capital, e a necessidade de superação desta ordem.

Situados nas chamadas de obra de juventude de Karl Marx, tais textos são fundamentais para a compreensão do posterior desenvolvimento da obra do autor. Primeiramente, em A Questão Judaica, o autor parte de uma polêmica com Bruno Bauer delimitando a distinção entre Emancipação Política e Emancipação Humana.

A emancipação política representa as conquistas parciais da classe trabalhadora frente ao capital (melhores condições de trabalho, jornada de trabalho reduzida, entre outras) (MARX, 2010). Embora esta represente uma forma de resistência ao projeto hegemônico burguês, a emancipação política encontra seu limite na própria estrutura do

capital, decorrendo em uma dualidade. Sobre isso nosso autor aponta em *Sobre a questão judaica*:

A emancipação política é a redução do homem, por um lado, a membro da sociedade burguesa, a indivíduo egoísta independente, e, por outro, a cidadão, a pessoa moral. Mas a emancipação humana só estará plenamente realizada quando o homem individual real tiver recuperado para si o cidadão abstrato e se tornado ente genérico na qualidade de homem individual na sua vida empírica, no seu trabalho individual, nas suas relações individuais, quando o homem tiver reconhecido e organizado suas “forces propres” (forças próprias) como forças sociais e, em consequência, não mais separar de si mesmo a força social na forma da força política. (MARX, K 2010, p.54)

Por conseguinte, a plena transformação das relações permeadas pelo jugo do capital só podem ocorrer mediante uma revolução social, que supere a parcialidade da emancipação política. Esta por sua vez, só pode ocorrer mediante a derrubada da velha ordem pela classe social revolucionária, que no contexto do capital equivale ao proletariado. Afirma Marx e Engels, no *Manifesto do Partido Comunista*:

De todas as classes que hoje em dia se opõem à burguesia, só o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária. As outras classes degeneram e perecem com o desenvolvimento da grande indústria; o proletariado, pelo contrário, é seu produto mais autêntico. (MARX, K; ENGELS, F; 2005, p.49)

Todavia, nosso autor observa que nos distintos modos de produção que ocorreram na história humana, a subida revolucionária de uma classe sempre se deu a partir de uma apropriação comum, a exploração do homem pelo homem (MARX, 2005). A tarefa do proletariado, ao contrário, devem dissolver as relações existentes, de modo a suprimir por completo essa exploração. Portanto, a luta do proletariado não pode ser uma luta pelo poder do Estado, mas por sua própria supressão.

A condição essencial para a existência e supremacia da classe burguesa é a acumulação da riqueza nas mãos de particulares, a formação e o crescimento do capital: a condição de existência do capital é o trabalho assalariado. Este baseia-se exclusivamente na concorrência dos operários entre si. O progresso da indústria, de que a burguesia é agente passivo e involuntário, substitui o isolamento dos operários, resultante da competição, por sua união revolucionária resultante da associação. Assim, o desenvolvimento da grande indústria retira dos pés da burguesia a própria base sobre a qual ela assentou o seu regime de produção e de apropriação dos produtos. A burguesia produz, sobretudo, seus próprios coveiros. Seu declínio e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis. (MARX, K 2005, p.51)

É justamente nesta dialética apresentada pelos autores que reside o caráter revolucionário do proletariado. Se, como vimos, o proletariado (que produz riqueza social e material) é reduzido a mercadoria no âmbito do capital, ele, e somente ele, é capaz de produzir e reproduzir os meios necessários para a vida.

O capital por sua vez, não só se apropria do trabalho alheio, mas lança mão de um importante recurso de dominação e reprodução do modo de produção capitalista: a propriedade privada. É precisamente na propriedade privada que reside o “fundamento” de exploração de uma classe sobre a outra.

Da relação do trabalho estranhado com a propriedade privada despreende-se, além do mais, que a emancipação da sociedade da propriedade privada etc., da servidão, se manifesta na forma *política da emancipação dos trabalhadores*, não como se dissesse a respeito somente à emancipação deles, mas porque na sua emancipação está encerrada a [emancipação] humana universal. Mas esta [última] está aí encerrada porque a opressão humana inteira está envolvida na relação do trabalhador com a produção, e todas as relações de servidão são apenas modificações e consequências dessa relação. (MARX, K 2005, p.51)

Portanto, como vimos até aqui, o trabalho caracteriza-se como fundamento para a humanização do ser social. É a partir deste que o ser humano encontra seu caráter

genérico, aquilo que o aproxima dos demais. Entretanto, no modo de produção capitalista, o produto do trabalho é retirado de quem o produziu, gerando o estranhamento. Não obstante, a propriedade privada e sobretudo a economia política cumprem um papel central na reprodução do metabolismo do capital, e sua manutenção. Sobre isso, Chasin aponta:

A questão, para Marx, posta da perspectiva do trabalho, cifra-se precisamente pela ruptura do anel vicioso. Ou seja, antes de tudo há que romper com o círculo perverso da própria política. Pondo-se com isto nas condições de desenvolver a luta contra o poder do capital na esfera do próprio capital. (CHASIN, J 2000, p.23)

A perspectiva da emancipação humana, neste sentido, adquire um caráter amplo, da própria libertação do homem, de sua realização histórica. É preciso apontar sobretudo, que longe de ser meramente uma crítica a negatividade do trabalho alienado, o pensamento de Marx busca uma superação da realidade e a construção de uma nova sociedade, igualitária e verdadeiramente humana. Sobretudo, a supressão da exploração de classe, é a extinção das próprias classes sociais. Afirma Marx:

Se o proletariado, em sua luta contra a burguesia, se organiza forçosamente como classe, se por meio de uma revolução se converte em classe dominante e como classe dominante destrói violentamente as antigas relações de produção, destrói, juntamente com essas relações de produção, as condições de existência dos antagonismos entre as classes, destrói as classes em geral e, com isso, sua própria dominação como classe. (MARX, K 2005, p.59)

Decorre-se de tudo que foi dito até aqui algumas inferências fundamentais. Primeiramente a obra de Marx insere-se num determinado modo de produção que mantém em vigência suas estruturas fundamentais. Uma vez que tal modo de produção se mantém preservado, as determinações resultantes do processo de estranhamento do trabalho ainda coexistem. Sobre essa negatividade do trabalho, Ricardo Antunes aponta:

Se se constitui num grande equívoco imaginar-se o fim do trabalho na sociedade produtora de mercadorias e, com isso, imaginar que estariam criadas as condições para o reino da liberdade é, entretanto, imprescindível entender quais mutações e metamorfoses vêm ocorrendo no mundo contemporâneo, bem como quais são seus principais significados e suas mais importantes consequências. No que diz respeito ao mundo do trabalho, pode-se presenciar um conjunto de tendências que, em seus traços básicos, configuram um quadro crítico e que têm direções assemelhadas em diversas partes do mundo, onde vigora a lógica do capital. (ANTUNES, R 2001, p.37)

Sobre essas tendências atuais do metabolismo do capital, Antunes aponta:

Duas manifestações são mais virulentas e graves: a destruição e/ou precarização, sem paralelos em toda era moderna, da força humana que trabalha e a degradação crescente, na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica voltada prioritariamente para a produção de mercadorias que destroem o meio ambiental.(ANTUNES, R 2001, p.37)

Portanto, a atualidade da ofensiva do capital sobre o trabalho se apresenta como uma predatória relação entre produção e natureza, trabalho e homem. Tal tese confirma a necessidade de resgate do materialismo histórico-dialético enquanto instrumento de análise e transformação da realidade.

Em segundo lugar, a libertação do homem da servidão do trabalho estranhado, e por conseguinte, de sua própria condição de mercadoria só pode ser fruto de uma incansável luta pela supressão da exploração de uma classe sobre a outra. Esta supressão não pode ocorrer de outra forma senão violentamente, uma vez que toda a superestrutura vigente opera de maneira a reproduzir o metabolismo social deste sistema. Sobretudo, esta ruptura requer não só uma transformação política, mas social. Conforme aponta Chasin:

Em Marx, o estado e a política em geral, como domínio separado, deve ser superado através de uma transformação radical do complexo social. A ação social perspectivada não poderá ser uma revolução política, mas social, sob pena de pagar o ônus de ficar entrelaçada dentro dos confins das formas políticas antiquadas. A revolução social visa a remover a contradição entre parcialidade e universalidade que as revoluções políticas do passado sempre reproduziram, submetendo a sociedade em seu complexo ao domínio da parcialidade política, em benefício do setor ou setores dominantes da sociedade civil. (CHASIN, J 2000, p.25)

Por fim, a emancipação humana apresenta-se na tradição do materialismo histórico dialético como uma saída necessária a toda humanidade, o momento no qual ocorrerá a realização histórica da filosofia, e do próprio homem.

Emancipação é, pois, reunificação e reintegração de posse, social e individual, de uma força que estivera alienada. A força de se produzir e reproduzir, na individuação e na livre associação comunitária, pela única forma que o homem conhece e da qual é capaz – a sua própria atividade. (CHASIN, J 2000, p.25)

Somente com a supressão da propriedade privada dos meios de produção (e do próprio capital), o ser social atingirá as condições plenas de auto-realização, constituindo assim um novo tipo de homem.

2.3 - O Estado em MARX

A estrutura social e o Estado nascem continuamente do processo vital de indivíduos determinados, mas desses indivíduos não tais como aparecem nas representações que fazem de si mesmo ou nas representações que os outros fazem deles, mas na sua existência real, isto é, tais como trabalham e produzem materialmente; portanto, do modo como atuam em bases, condições e limites materiais determinados e independentes de sua vontade. (MARX, K. ENGELS.F 2001, p.28)

No modelo educacional vigente atualmente, a noção mais difundida aos estudantes é de que o Estado é o representante do interesse geral, do bem comum, que protege e zela pelo conjunto da população. Defendendo o princípio inviolável da propriedade privada, os meios de comunicação difundem esta máxima de modo que apareça [o direito a propriedade] como algo acessível a todos. Sobre isso, Marx e Engels aponta:

É justamente esta contradição entre o interesse particular e o interesse coletivo que leva o interesse coletivo a tomar, na qualidade de *Estado*, uma forma independente, separa dos interesses reais do indivíduo e do conjunto e ao fazer ao mesmo tempo as vezes de comunidade ilusória, mas sempre tendo por base concreta os laços existentes em cada agrupamento familiar e tribal, tais como laços de sangue, língua, divisão do trabalho[...] (MARX, K. ENGELS.F 2001, p.29)

Todavia, por haverem diferentes classes sociais (oriundas do processo de divisão do trabalho) há distintos interesses em disputa:

Além disso, a divisão do trabalho implica também a contradição entre o interesse do indivíduo isolado ou da família isolada e o interesse coletivo de todos os indivíduos que mantém relações entre si; e, ainda mais, esse interesse comunitário não existe somente, digamos, na representação, como "universal", mas primeiramente na realidade concreta, como dependência recíproca dos indivíduos entre os quais o trabalho é dividido. (MARX, K. ENGELS.F 2001, p.28)

A grande questão colocada por Marx e Engels, se refere não somente a problematização do direito a propriedade, mas especialmente a questão da propriedade privada dos meios de produção [e como vimos de reprodução] da vida humana.

Sem estes meios, contingentes gigantescos de trabalhadores são obrigados a venderem sua força de trabalho, submetidos as mais duras sevícias, como observamos na discussão acerca do trabalho estranhado.

Enfim, a massa de trabalhadores que são apenas trabalhadores - força de trabalho maçaça, separada do capital ou de qualquer espécie de

satisfação mesmo que limitada - pressupõe o mercado mundial, como pressupõe também, devido a concorrência, a perda desse trabalho enquanto fonte de subsistência garantida, e não a mais título temporário. (MARX, K. ENGELS.F 2001, p.33)

Este choque de interesses, entre capitalistas e trabalhadores, é a raiz da cisão que segundo Marx, justifica a existência do estado capitalista. Partindo da noção do Estado como mantenedor dos interesses da classe capitalista, em detrimento a perspectiva de Estado enquanto garantidor de interesses.

No terreno da luta de classes, esta relação de expressa de maneira mais profunda. Em uma greve, por exemplo, a tendência é que haja rápida e violenta resposta do Estado, através de seus aparatos (a polícia, por exemplo) para que seja "preservada" a propriedade privada e a continuação dos lucros.

Na grande indústria e na concorrência, todas as condições de existência, as determinações e as limitações dos indivíduos se fundem nas duas formas mais simples: propriedade privada e trabalho. Com o dinheiro, qualquer tipo de troca e a própria troca aparecem para os indivíduos como acidentais. É pois da natureza do dinheiro que todas as relações até então tenham sido somente relações dos indivíduos que viviam em determinadas condições, e não relações entre indivíduos enquanto indivíduos. (MARX, K. ENGELS.F 2001, p.80)

Na esfera jurídica, as mesmas relações de dominação de classe se expressam, invariavelmente. Uma vez que o Estado consagra a propriedade privada, longe de diminuir as diferenças ele as acentua. Novamente em dado um exemplo de combate entre trabalhador e capitalista, a relação tanto mais se fragiliza para o primeiro.

Os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes; em outras palavras, a classe que é o poder material dominante numa determinada época é também o poder espiritual dominante. A classe que dispõe dos meios da produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles aos quais são negados os meios de produção intelectual está submetida também a classe dominante. (MARX, K. ENGELS.F 2001, p.48)

O Estado, por sua vez, é incapaz de administrar sozinho as crises e tensões inerentes a sociedade cindida em classes sociais. Deste maneira, no modo de produção capitalista a burguesia conta ainda com outros órgãos de manutenção da propriedade privada, de modo a preservar seus interesses [ainda que violentamente], como no caso da polícia.

Marx argumentava que a medida que o Estado foi abdicando de suas heranças feudais foi adquirindo cada vez mais o caráter de poder nacional do capital sobre o trabalho, de uma máquina pública organizada em torno da escravização social, através da divisão do trabalho, máquina essa permeada de despotismo de classe e violência.

As condições de existência da velha sociedade já estão destruídas nas condições de existência do proletariado. O proletário não tem propriedade; suas relações com a mulher e os filhos já nada têm em comum com as relações familiares burguesas. O trabalho industrial moderno, a subjugação do operário ao capital, tanto na Inglaterra como na França, na América como na Alemanha, despoja o proletário de todo caráter nacional. As leis, a moral, a religião são para ele meros preconceitos burgueses, através dos quais se ocultam outros tantos interesses burgueses. (MARX, K. ENGELS.F 2005, p.48)

Portanto, como observamos até aqui, o Estado na sociedade moderna capitalista nada mais é que um instrumento de representação e legitimação do poder da classe dominante (os capitalistas). Esta se dá por meio da defesa e legitimação da propriedade privada, enquanto "direito natural universal". A ideologia, bem como as mais distintas instituições socialmente criadas regulam e buscar reproduzir o metabolismo do capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de uma análise pormenorizada da categoria trabalho na obra de Marx, observamos como trabalho é fundamental na formação do ser social, e, todavia, o estranhamento deste trabalho afasta este mesmo ser social de sua realização enquanto ser genérico. Observamos também a delimitação entre o trabalho humano e o trabalho das demais espécies, sendo o primeiro qualitativamente distinto por seu caráter consciente para o seu objeto de trabalho.

Não obstante, apontamos as diversas determinações que o trabalho estranhado gera no trabalhador, notadamente a mais grave delas é o processo de coisificação, onde o trabalhador passa a se enxergar enquanto mercadoria dentro do processo produtivo geral.

Para melhor compreensão do fenômeno da apropriação do trabalho alheio nos voltamos a uma discussão acerca do salário. O salário, a partir de Marx, passa a ser compreendido a partir de uma dimensão sócio-histórica, determinado pelas relações de produção e reprodução da vida humana, historicamente determinada. Esta relação, em última instância, é determinada pelo embate entre trabalhadores e o capitalista, expressando, portanto, uma relação dentro do espectro da luta de classes. Por fim, ainda debruçados na compreensão do salário, pudemos identificar de que maneira se aprofunda através desta mediação [salário] a dependência cada vez mais profunda do trabalhador com o capitalista.

Ainda na busca pela compreensão da categoria Trabalho, analisamos a relação do mesmo com a propriedade privada e a divisão social do trabalho. A partir destas duas categorias, o trabalho desumanizado se reproduz dentro da ordem societária do capital. O distanciamento cada vez mais profundo entre capital e trabalho, intensificado pela

divisão social do trabalho, reforça o fenômeno do estranhamento, afastando cada vez mais a possibilidade de realização do ser social.

Por fim, analisamos o conceito de História, dentro da tradição Marxiana, sobretudo para apreendermos como se constituiu a contradição entre capital e trabalho, capitalista e trabalhador. Fruto de um longo processo histórico, a cisão entre as classes tem como principal alicerce a propriedade privada, conforme demonstramos.

Esperamos que a pesquisa aqui apresentada sirva de instrumento para aqueles que desejam se utilizar de tão importante instrumento de análise da realidade, de modo que possamos compreender a realidade para além do fenômeno, alcançando suas múltiplas determinações.

BIBLIOGRAFIA

ALBINATI, A. S. “J. Chasin: a ontonegatividade da politicidade em Marx”. In: *Verinotio Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, n. 9, Ano V, nov. 2008 – Publicação semestral – ISSN 1981-061X – Edição Especial: J. Chasin. Disponível em: www.verinotio.org/conteudo/0.90872840854221.pdf. Acesso em: dezembro de 2016.

AMORIM, Henrique. “As teorias do trabalho imaterial: uma reflexão crítica a partir de Marx”. *Caderno CRH*, Salvador, v. 27, n. 70, p. 31-45, jan./abr. 2014. 269

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. *O continente do labor*. São Paulo: Boitempo, 2011. (Mundo do trabalho).

_____. (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II*. São Paulo: Boitempo, 2013. (Mundo do trabalho).

_____. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: GENTILI, P. e FRIGOTTO, G. (orgs). *A Cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho*. São Paulo: Cortez, 2001, p. 35-48.

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Trad. Nathanael C. Caixeiro. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

CHAUÍ, M. *A história no pensamento de Marx*; Enpublicacion: A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas Boron, Atilio A.; Amadeo, Javier; Gonzalez, Sabrina. 2007 Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/campus/marxispt/cap.5.doc>. Acesso em: outubro 2017.

CHASIN, J. "Marx - estatuto ontológico e resolução metodológica", in TEIXEIRA, F.J., *Pensando com Marx - uma leitura crítico-comentada de o Capital*. São Paulo: Editora Ensaio, 1995.

_____. "Democracia e emancipação humana". In: *Ensaio Ad Hominem I, Revista de Filosofia, Política, Ciência da História*, Tomo III – Política: A determinação ontonegativa da politicidade. Edição especial, 2000.

_____. "Marx - A Determinação ontonegativa da politicidade" In: *Verinotio Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, n.15, Ano VIII, ago./2012. Disponível em: www.verinotio.org/conteudo/0.55347825731475.pdf. Acesso em: dezembro de 2016.

COLLIOT-THÉLÈNE, C., "Notas sobre el estatuto del trabajo productivo en la teoría marxista", in *Crítica de la Economía Política 3 - Capitalismo e Clases sociales*, Barcelona: Editorial Fontamara, 1977.

COTRIM, I. *Karl Marx: a ontonegatividade originária do valor*. São Paulo: Alameda, 2011.

COTRIM, V. *Trabalho produtivo em Karl Marx: novas e velhas questões*. Dissertação de mestrado, USP, 2009. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-10122009-140316/pt-br.php>.

Acesso em: novembro de 2017.

_____. *Trabalho, conhecimento, valor: Marx frente a uma contradição atual* Tese de doutorado, USP, 2015. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-03122015-144226/pt-br.php>.

Acesso em: janeiro de 2018.

ENGELS, F. *Anti-Dühring: a revolução da ciência segundo o senhor Eugen Dühring*. Tradução de Nélio Schneider, São Paulo: Boitempo, 2015.

_____. *A origem da família, propriedade privada e Estado*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1984.

_____. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2017.

FAUSTO, R. *Dialética marxista, dialética hegeliana: a produção capitalista como circulação simples*. São Paulo: Brasiliense, 1997.

_____. *Marx: lógica e política*. Tomo I. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. *Marx: lógica e política*. Tomo II. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. *Marx: lógica e política*. Tomo III. São Paulo: Ed. 34, 2002.

GIANOTTI, J. *Origens da dialética do trabalho: estudo sobre a lógica do jovem Marx*, Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2010. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/n22qp>
Acesso em: janeiro de 2018.

_____. Receções de Marx. *Novos estudos*. São Paulo, n. 50, pgs. 115-124, 1988.

GRESPLAN, J. L. *O Negativo do Capital - o conceito de crise na crítica de Marx à economia política*, São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. "As formas da mais-valia: concorrência e distribuição no Livro III de O Capital". In: *Crítica Marxista*, n. 33. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 2011, pp. 9-30.

HARVEY, David. *Os limites do capital*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Boitempo, 2013a.

_____. *Para entender o capital: livro I*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013b.

_____. *Para entender o capital: livros II e III*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2014a.

_____. *O novo imperialismo*. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 8. ed. São Paulo: Loyola, 2014b.

_____. *O neoliberalismo: história e implicações*. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2014c

HIRANO, Sedi. “Política e economia como formas de dominação: o trabalho intelectual em Marx”. *Tempo Social: Revista de Sociologia*, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 1-20, nov. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v13n2/v13n2a01.pdf>>. Acesso em 5 de jun. de 2017

HYPPOLITE, J. *Gênese e estrutura da Fenomenologia do Espírito de Hegel*. Trad. Sílvio Rosa Filho et al. São Paulo: Discurso, 1999.

_____. *Introdução à filosofia da história de Hegel*. Trad. José Marcos Lima. Rio de Janeiro: Elfos, 1995.

HUWS, Ursula. Construção de um cibertariado? Trabalho virtual num mundo real. In: ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (Org.). *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo: Boitempo, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. *Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2007.

KOSÍK, Karel. *Dialética do concreto*. Trad. Célia Neves e Alderico Toríbio. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. (Rumos da cultura moderna, v. 26).

LÊNIN, V. *O Estado e a Revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

LENIN, Vladimir Ilitch. *Imperialismo, estágio superior do capitalismo (ensaio popular)*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LOUREIRO, I. e MUSSE, R. (orgs.) *Capítulos do marxismo ocidental*. São Paulo: UNESP, 1998.

LUKÁCS, G. *História e consciência de classe*. Trad. Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

MANDEL, Ernest. *Teoria marxista do Estado*. Tradução de M. Reis. Lisboa: Antídoto, 1977.

_____. *A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista*. Tradução de Juarez Guimarães e João Machado Borges. São Paulo: Ensaio; Campinas: Ed. Universidade Estadual de Campinas, 1990.

MARX, K. *A Ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. *Contribuição a crítica da economia política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. *Crítica a filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

_____. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

_____. *Manuscritos econômicos filosóficos*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

_____. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

_____. *O Capital*. São Paulo: Nova Cultural. Livro 1, Tomo I, 1985.

_____. *Sobre A Questão Judaica*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

MÉSZÁROS, I. *O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI*. [tradução Ana Cotrim, Vera Cotrim] São Paulo: Boitempo, 2007.

PAULO NETTO, José. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. 4. ed. São Paulo:

Cortez, 2005.

_____. (org) *Curso livre Marx-Engels: a criação destruidora*, São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

_____. *Introdução ao estudo do método em Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____.; BRAZ, Marcelo. *Economia política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca básica de Serviço Social, v.1).

ROSDOLSKY, R. *Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: Eduerj/Contraponto, 2001.

RUBIN, I.I., *A Teoria marxista do valor*. Tradução de José Bonifácio de S. Amaral Filho. São Paulo: Polis, 1987.

SAYERS, Sean. "The concept of labour: Marx and his critics", in: *Science and Society*, vol. 71, nº 4, 2007, pp. 431-454.

SCHMIDT, A. *El concepto de naturaleza en Marx*. Trad. Julia M. T. F. de Prieto e Eduardo Prieto. Madri: Siglo Veinteuno, 1976.